

(Im)Possibilidades de uma participação democrática dos/as alunos/as nas decisões escolares em tempo de pandemia

Inês Sousa

Estudante do Programa Doutoral em Ciências da Educação, FPCEUP/CIIE
ines_sousa14@hotmail.com

Elisabete Ferreira

Professora Auxiliar, FPCEUP
elisabete@fpce.up.pt

Esta comunicação resulta do projeto de doutoramento em Ciências da Educação em curso (CIIE, FPCEUP), e que procura compreender se os/as alunos/as do ensino secundário, em Portugal, (re)conhecem tempos e espaços para decidirem, participarem e influenciarem decisões no contexto escolar. Trata-se de uma investigação híbrida de abordagem quanti-quali em que se administram inquéritos por questionário a todos/as alunos/as do ensino secundário, sobre questões de decisão escolar realizando-se um levantamento quantitativo com procedimentos analítico-estatístico; na pesquisa recorre-se ainda a uma abordagem mais qualitativa de levantamento de casos específicos de alunos/as que desenvolvem diversas dinâmicas/atividades/projetos de iniciativa juvenil e acompanhamento das suas escolas – uma abordagem tipo estudos de caso múltiplos (Bogdan & Biklen, 1994:98), em que através de observação participante e de grupos de discussão focalizada, se pretende conhecer as iniciativas e a autonomia de decisão dos estudantes.

A voz dos/as alunos/as e a sua participação na decisão escolar têm sido recorrentemente referenciadas nos discursos políticos e em estudos (inter)nacionais, salientando-se preocupações

em escutar e conhecer práticas de participação e influência nos ambientes escolares, no exercício de uma autonomia construída (Barroso,1996) e de uma cidadania democrática (Silva & Leite,2014; Menezes & Ferreira,2014), que ganham outra dimensão quando se enfrentam crises exigentes como o COVID-19, em que a intervenção e poder de decisão dos/as alunos/as apresentam outros contornos de urgência e emergência (Branquinho et al,2020), mas onde se pode ou não replicar uma autonomia crítica (Ferreira, 2007, 2012).

A partir do enquadramento político-educativo que tem orientado a organização escolar, é essencial referir o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017), DLnº54/2018, DLnº55/2018 e a Resolução do Conselho de Ministros nº90/2021, como estruturantes no desenvolvimento complexo da organização escolar e que, entre outras medidas pré-pandemia, com certeza pretendem elaborar um plano para a recuperação e consolidação das aprendizagens dos/as alunos/as do ensino básico e secundário (Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2021), apresentando propostas de envolvimento dos/as alunos/as e recomendações de atuação das escolas. Neste documento enuncia-se a “auscultação aos alunos sobre os impactos da pandemia” no plano de ação, argumentando-se que o olhar informado destes/as é fundamental no apoio às escolas, para a aferição da eficiência das suas medidas, referindo-se a promoção de uma cidadania ativa e criativa, através de instâncias regulares de auscultação dos/as alunos/as. A Portaria nº194/2021 também ganha relevância, na medida em que se definem modelos de diplomas e certificados, onde, no caso do ensino secundário, ficam registados os projetos em que os/as alunos/as se envolvem, os cargos que desempenham, os concursos em que participam, decerto aplicando-se um exagerado enfoque numa educação contábil, “valorizando sobretudo as dimensões mensuráveis, comparativas e avaliativas.” (Lima,1997:55).

Do que antecede e valorizando o esperançoso enquadramento normativo, abrem-se oportunidades à criação de novas estruturas para a decisão discente, pensando-se que eventualmente este possa ser um ponto de viragem, de abandono de ideias e práticas onde apenas aparentemente se fazem cumprir as obrigatoriedades legais (Ferreira,2012;2017), como “novas máquinas de administrar a educação” (Lima,2021), vemos emergir outras dinâmicas de reconhecimento aos/às alunos/as de interesse e participação

ativa e interventiva nas decisões e nos órgãos de decisão escolar (Sousa & Ferreira, 2019).

Palavras-chave: Voz dos/as alunos/as; Poder de decisão juvenil; Autonomias; Políticas educativas; Gestão democrática

Referências

- Barroso, J. (1996). O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In João Barroso (Org.) *O estudo da Escola* (pp. 167-189). Porto: Porto Editora.
- Bogdan, R. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Branquinho, C.; Kelly, C.; Arevalo, L.; Santos, A.; Matos, M. G. (2020). Hey, we also have something to say”: A qualitative study of Portuguese adolescents’ and young people’s experiences under COVID-19. *Journal of Community Psychology*, 48, 2740-2752.
- Ferreira, E. (2007). (D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a compreensão da Génese e da Construção da Autonomia na Escola Secundária. *Tese de Doutoramento*, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Ferreira, E. (2012). (D)Enunciar a Autonomia: Contributos para a compreensão da génese e da construção da autonomia escolar. Porto: Porto Editora.
- Ferreira, E. (2017). Em volta do governo das escolas as autonomias credíveis. In Licínio Lima & Virgínio Sá (Orgs.) *O Governo das escolas: Democracia, controlo e performatividade* (pp. 41-60). V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Lima, L. (1997). O paradigma da educação contábil: Políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. *Revista Brasileira de Educação*, 4, 43-59.
- Lima, L. (2021). Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. *Edu. Soc. Campinas*, 42, 1-16.
- Menezes, I. & Ferreira, P. (2014). Cidadania participatória no quotidiano escolar: a vez e a voz das crianças e dos jovens. *Educar em Revista*, 53, 131-147.
- Silva, A. S. R. & Leite, C. (2014). Questões de Participação e de Gestão Escolar: Entre os discursos enunciados e a sua concretização. *Revista de Administração Educacional*, 1 (2), 34-48.

Sousa, I. & Ferreira, E. (2019). As possibilidades de um perfil de aluno/a enquanto cidadão/ã criativo/a. *Revista Saber & Educar*, 26, 1-13.

Legislação consultada

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho do Ministério da Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06.

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho do Ministério da Educação. Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06.

Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Ministério da Educação/ Direção-Geral da Educação (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho).

Portaria n.º 194/2021 de 17 de setembro. Diário da República: n.º182/2021, Série I de 2021-09-17.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de 7 de julho. Diário da República: n.º 130/2021, Série I de 2021-07-07.